

IV PROJETAR 2009
PROJETO COMO INVESTIGAÇÃO: ENSINO, PESQUISA E PRÁTICA
FAU-UPM SÃO PAULO BRASIL
Outubro 2009

EIXO: INTERVENÇÃO

TÍTULO DO TRABALHO:

Projeto como investigação: A construção de lugares com significado na cidade através de dois projetos recentes.

Autor: **José Augusto Fernandes Aly**

Qualificação:

Arquiteto, Mestre e Doutorando (FAUUSP), Professor da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade Presbiteriana Mackenzie e do Curso de Arquitetura e Urbanismo do Centro Universitário Belas Artes de São Paulo.

Endereço: Rua da Consolação, 930 - CEP 01302-907 - Consolação - São Paulo - SP - Brasil

E-mail: jaaly@uol.com.br

RESUMO

Este artigo tem como principal objetivo apresentar dois projetos recentes por nós realizados, que a nosso ver contribuem positivamente para o desenvolvimento das relações entre arquitetura e cidade, através dos significados urbanos contidos naqueles edifícios. São edifícios urbanos em essência, na medida em que objetivam não apenas ao atendimento dos programas de necessidades específicos, mas tem a cidade como ponto de partida. Ou seja, a origem dos raciocínios conceptivos é totalmente baseada na conceituação de novas modalidades de espaço urbano para os locais nos quais se inserem.

Um deles originou-se de uma investigação acadêmica desenvolvida em nossa dissertação de mestrado (Centro Digital do Ensino Fundamental), tendo sido experimentado como hipótese de proposta para o poder municipal no qual se inseriu – São Caetano do Sul-, tendo obtido o êxito de ter sido construído. Já o outro projeto – Câmara Municipal- surgiu como consequência direta do anterior e tem seus conceitos e principais significados derivados daquele. O ponto de partida para refletir acerca dos mesmos é a noção de Lugar que apresentaremos a seguir como o principal referencial teórico sobre o qual estes projetos se apóiam.

A hipótese implícita na concepção daqueles projetos sugere que pensar em qualificação urbana na cidade atual aponta para um partido que tenha como foco a construção do *lugar*, ou lugares com significado, visando recuperar o sentido urbano da área objeto do projeto.

PALAVRAS-CHAVE: Edifício. Lugar. Cidade.

EIXO: Intervenção.

ABSTRACT

This article has as main objective presents two recent projects by us carried out that we think are contributes positively for the development of the relations between architecture and city, through the contained urban meaning in those buildings. They are urban buildings in essence, because they the measure in that plan not propose to the service just the programs of specific needs, but has the city as origin point. Or it be, the origin of the reasoning conceptive entirely is based in the conceptualization of new modalities of urban space for the localities in which are inserted.

One of them originated of an academic inquiry developed in our dissertation of master (Digital Center of Fundamental Education), having been experienced like hypothesis of proposal for the municipal power in which was inserted – São Caetano do Sul city – , having obtained the success of to have been built. Already another project – Municipal Legislative Building – arose like straight consequence of the previous one and has his concepts and main meanings derived from that. The starting point for reflect about that one is the notion of Place that will present follow it as the main theoretical reference about which these projects are supported.

The implicit hypothesis in the conception of those projects suggests that think about urban qualification in the contemporary city aims for a party that have like focus the construction of *the place*, or places with meaning, aiming at recuperate the urban sense of the area object of the project.

KEYWORDS: Building. Place. City.

AXIS: Intervention.

RESUMEN

Este artículo tiene como principales objetivos, presentar dos proyectos recientes por nosotros llevados a cabo que a la nuestra visión contribuyen positivamente para el desarrollo de las relaciones entre la arquitectura y la ciudad, por el significado urbano contenido en esos edificios. Ellos son edificios urbanos en esencia, en la medida en que planean no apenas al servicio de los programas de necesidades específicas, pero tienen la ciudad como punto de partida. O sea, el origen de los conceptos e raciocinios es fundamentado enteramente en la conceptualización de nuevas modalidades de espacio urbano para las localidades en el que son inseridos.

Uno de ellos originó de una investigación académica desarrollada en nuestra disertación de maestro (Centro Digital de la enseñanza fundamental), experimentado como hipótesis de propuesta para el poder municipal referente a ciudad en la cual fue inserido, habiendo obtenido el éxito de haber sido construido. Ya otro proyecto surgió como consecuencia directa del anterior y tiene sus conceptos y principales significados derivados de eso. El punto de partida para pensar acerca de los mismos es la noción de *Lugar* que presentará como el principal criterio teórico acerca de que estos proyectos son apoyados.

La hipótesis implícita en la concepción de esos proyectos sugiere que pensar en cualificar la ciudad actual debe apuntar para a un raciocinio que enfoca la construcción del *lugar*, o de los lugares con significado, apuntando a se recupera el sentido urbano del objeto de área del proyecto.

PALABRAS CLAVE: Edificios. Lugar. Ciudad.

EJE: Intervención.

ARQUITETURA E LUGAR

A idéia de lugar é recorrente no imaginário das discussões teóricas da Arquitetura. Alguns autores escreveram sobre isto e parece-nos relevante entrar no tema por Aldo Rossi que propõe que o locus parece ter papel de grande valor no desenho da cidade, entendendo-o como *aquela relação singular mais universal que existe entre certa situação local e as construções que se encontram naquele lugar*¹. O autor aponta que um determinado sítio era governado por divindades que determinavam assim o espírito do lugar ou *genius loci*. Certamente, ao fazer tal reconhecimento, olhava para algumas tradições anteriores ao cristianismo, não raramente ligadas a agrupamentos primitivos e para culturas clássicas que desenvolviam crenças em divindades múltiplas e que, ao fundar suas cidades e ao construir sobre o território, lançavam estes pressupostos e reconhecimentos ao *genius loci*, ou seja, ao “espírito” daquele lugar. Mas ao longo da história, com o desenvolvimento das ciências e o reconhecimento e absorção das grandes religiões monoteístas – e isto talvez possa ser uma das hipóteses para algumas transformações do conceito – estas noções passariam a deixar – de certo modo – de fazer sentido, ainda que se possa reconhecer a aplicação direta daqueles conceitos a muitos templos e edifícios de outras naturezas programáticas ainda hoje.

Menciona, portanto, a importância da escolha do lugar para a arquitetura e para as cidades, lembrando acerca do conceito de locus presentes nos tratados clássicos, mas reconhecendo que em alguns arquitetos como Andrea Palladio e Francesco Milizia, as concepções do termo tendessem a adquirir, cada vez mais, um sentido topográfico e funcional, ainda que o primeiro destacasse que algumas de suas obras eram imbuídas de certos ruídos do mundo antigo, certos *segredos* que revelam a relação entre a obra e o lugar, mantendo a idéia do *genius loci*, tendo na situação a chave para o entendimento das mesmas, para muito além das questões puramente da arquitetura. E prossegue evocando o arquiteto Francês Viollet-le-Duc que *admite a dificuldade da transposição de uma obra de arquitetura*, fazendo parte desta o lugar com sua singularidade. Portanto, podemos depreender o reconhecimento da responsabilidade da arquitetura de construir esta relação específica com o sítio, objetivando um locus singular, dotado de qualidades que, para além de resgatar aspectos objetivos da situação local, possa construir uma dinâmica para que esta situação se recrie e se re-invente a partir da nova perspectiva ora lançada com a presença da nova edificação, segundo nossa posição.

Rossi prossegue através da busca e exposição de teorias e definições para desvelar acerca dos significados do lugar nas categorias dos fatos urbanos que expõe ao longo de seu trabalho. Menciona Maximilien Sorre – geógrafo – que aponta a possibilidade de teorizar acerca do fracionamento do espaço, indicando a existência de pontos distintos em meio ao espaço indiferenciado, com características singulares que seriam necessárias à compreensão de determinados fatos urbanos². Refere-se também a Maurice Halbwachs –sociólogo francês– que aponta que os lugares “santos” em diversas épocas apresentam várias fisionomias nas quais se confrontam as imagens dos cristãos que as conceberam conforme suas aspirações e necessidades.

Segundo Arantes (1995) há outros que investigam a noção de lugar contrapondo um novo pensar em relação ao sistema moderno de fazer cidade como *tabula rasa*, tendo a noção de espaço contínuo como um de seus maiores argumentos. Especialmente a exposição de Vitório Gregotti em seu livro *Território da Arquitetura*, também dos anos de 1960, busca a noção de lugar simbólico onde, *a arquitetura de alguma forma está sempre implicada na memória coletiva, nos valores de um grupo determinado, inclusive na economia local, de sorte que o lugar se apresenta sempre como algo construído historicamente enquanto decisão de destinação*.³

Outro conceito que ora convém é do teórico norueguês Christian Norberg-Schulz ligado à fenomenologia da arquitetura, que em seu texto *O fenômeno do Lugar*, define-o para além de uma localização abstrata, consistindo em coisas concretas *que possuem substância material, forma, textura e cor* e que juntos *determinam uma “qualidade ambiental” que é a essência do lugar* e prossegue destacando que um lugar é definido como um caráter peculiar ou uma atmosfera⁴.

Há também outros escritos que abordam a diferenciação entre os conceitos de espaço e lugar, apontando para a busca de uma transformação de posicionamentos lidos a partir da arquitetura moderna e as posições pós modernas frente à arquitetura e a cidade. Montaner (2001) aponta que *os conceitos de espaço e de lugar, portanto, podem ser diferenciados claramente*, demonstrando-nos que o primeiro, contempla uma noção de infinito, ideal, teórica e genérica, enquanto o segundo se define com um caráter concreto, empírico, existencial, articulado e definido

detalhadamente⁵. Mostra ainda que, *o espaço moderno baseia-se em medidas, posições e relações sendo quantitativo*; desdobrando-se por geometrias e abstrações, assumindo um caráter *lógico, científico e matemático*, diferenciando-se da noção de lugar que *é definido por substantivos, pelas qualidades das coisas e dos elementos, pelos valores simbólicos e históricos*.⁶ Prossegue, dentre outras coisas, destacando aqueles para quem o desafio é a criação do lugar que não existe, referindo-se a Kahn, Oscar Niemayer ou Roberto Burle Marx e acaba também abordando arquitetos que dissolvem quaisquer relações com o lugar como Peter Eisenman, aqueles que projetam segundo o caos dos fluxos urbanos como Rem Koolhaas, ou teóricos como Ignasi de Solà-Morales que propõe – e observa – novos critérios para uma nova arquitetura para uma metrópole dos fluxos, das redes, das locomoções e da velocidade. E, finalmente indica um problema atual que diz respeito aos espaços virtuais que, segundo seus maiores entusiastas, *a conectividade, a tele presença, as ágoras eletrônicas, os organismos cibernéticos e as cidades dos bits*, permitem e apontam para uma era cibernética de *onde os sistemas de telecomunicações, os contatos incorpóreos, a imaterialidade, a antiespacialidade e a assincronia vão ser as pautas dominantes*.⁷

A idéia de lugar, neste caso, passa a ser substituída pela idéia de *cyberspace* ou de uma nova modalidade de lugar, sem as prerrogativas físicas, mas dotado de fatores de agregação e de um caráter dado pelo arbítrio daqueles que fazem parte do sistema. Há certo sentido de isolamento na medida em que ainda há uma ênfase nas relações individuais em detrimento da experiência de sociabilidade. Se por um lado esta modalidade de espaço virtual liberta de alguns códigos sociais tradicionais, exemplificados, não raro, pelas representações e papéis assumidos por indivíduos no grupo, por outro lado encurta distâncias físicas e psicológicas entre pessoas, mas acaba por perder a riqueza dos espaços públicos e coletivos, possível nas praças de convívio ou nos espaços que dão suporte para o desenvolvimento social. Se esta nova modalidade de relacionamento entre pessoas é coerente com nossa época, caracterizada por um individualismo exacerbado baseado nas inseguranças das grandes metrópoles, no grande avanço tecnológico, na velocidade das ações e das locomoções, bem como na presença quase integral – e transformação contínua – do mundo do trabalho no cotidiano, parece-nos que – segundo também nos aponta o autor referindo-se a outros críticos desta nova modalidade – *pelo contrário, a sociabilidade, os costumes comunitários o contato humano, a espacialidade física*⁸, são atributos ainda – e talvez durante muito tempo – necessários ao conforto psicológico e realização do indivíduo e do coletivo na cidade enquanto expressão física da sociedade e seus agentes.

Mas parece-nos ainda que o sentido do espaço – agora, segundo nossa posição, se reafirmando como noção de lugar – não se resolve apenas com a presença do espaço físico, mas em fatos agregadores que definem o caráter da convergência e sociabilidade das pessoas. É o que acontece em palestras, espetáculos, cultos religiosos e eventos diversos capazes de aglutinar e dar sentido ao desenvolvimento social e das relações interpessoais. Se um grupo de pessoas frequenta uma comunidade religiosa, há algo que as une naquele espaço-tempo que são as celebrações. A partir do reconhecimento que há algo em comum entre aqueles indivíduos – as mesmas crenças –, abre-se espaço para a identificação e, por conseguinte, relacionamentos aprofundados. Isto ocorre em todos os lugares onde há um sentido identificado, para muito além da praça como espaço físico somente.

Portanto, a realidade que nos parece mais plausível, é que, trazendo à luz estas noções, a idéia de lugar vai muito além das simples estruturas materiais que o configuram, mas vai ao sentido de construir através delas um encadeamento de significados que juntos – arquitetura e território – propõem e suportam novos significados, apontando para outros sentidos que surgem a partir daquelas implantações. Um lugar possui uma atmosfera específica e peculiar, resultante das relações entre o edifício e o território e a construção destes significados definem – temos por hipótese – o sentido do fazer arquitetônico na cidade atual, especialmente em áreas que tem fortes demandas públicas.

Daí, apontamos que fazer arquitetura na cidade contempla a construção desta dinâmica entre as pré – existências e as novas relações a partir das propostas concretas.

Mesmo não havendo relevância das preexistências construídas pela cultura, nos parece possível a construção de um lugar, na medida em que a escolha adequada de um programa, as relações de disposição deste programa frente a um sistema de acessos ou fluxos urbanos e o caráter simbólico e funcional expostos de forma sintonizada com as demandas de um determinado grupo, são condições que podem estabelecer um caráter, um sentido, resultando em convergência de pessoas e ao estabelecimento de atividades sociais e culturais relevantes.

Uma cidade ou um bairro novo podem ter como propósito a construção de novos lugares e esta condição seria, talvez, dotada de significados – não necessariamente da memória ou dos rumores do mundo antigo com sugeriu

Palladio – mas da capacidade que este espaço possa ter de atrair e tornar-se suporte para relações sociais, culturais e simbólicas no tempo em que se insere.

Assim, para nós neste preâmbulo, interessa pensar lugar como uma localidade, um nó distinto do espaço indiferenciado, dotado de significados de várias naturezas (psicológicos, emocionais, ideológicos, culturais, religiosos e etc.) e que por definição são facilitadores das relações sociais e das atividades culturais, onde, de certo modo, podem assumir uma significância na cidade capaz de identificá-los e de gerar processos de vitalidade e de requalificação. Tem a ver com a idéia de significados e interessa-nos aqueles que têm vocação à presença de pessoas ou grupos sociais revelando um caráter público ou coletivo por excelência, porém adaptado a noção de indivíduo, na medida em que eles buscam os sentidos contidos nos mesmos espaços.

Pensar a sucessão de lugares pode confirmar uma estratégia de recuperação de nossas cidades.

A rua e principalmente as praças entram fortemente neste cenário de relacionamento com os edifícios para o êxito da construção de um lugar. A rua é parte de um sistema de circulação, mas também pode ser suporte para desenvolvimento da cultura através das relações sociais, através dos significados que abriga em seus percursos.

As praças, por sua vez, encontram significado nos símbolos que encerram monumentos, mas, talvez, especialmente, na arquitetura que a cerca no estabelecimento dos programas estratégicos e facilitadores da vida urbana. Isto pode nos reportar à definição do conceito de *recintos urbanos*, coerentes com a interioridade e cercamento desenvolvida por Norberg-Schulz⁹ acerca da noção de lugar: ponto concreto cuja tônica, aponta para um significado, uma espécie de clima ou atmosfera específica.

2.1 CENTRO DIGITAL E BIBLIOTECA

Apresentamos um projeto recente, extraído de nossa experiência profissional¹⁰. Trata-se do Centro Digital do Ensino Fundamental, trabalho realizado em São Caetano do Sul na grande São Paulo.

O que a nós parece mais interessar neste trabalho é a estratégia de implantação e seu objetivo para a construção de um lugar. Em nossa dissertação de mestrado reservamos uma parte para o ensaio de alguns projetos cuja finalidade seria trazer para o plano do experimento – ensaio, algumas hipóteses para a construção de sentido de urbanidade em alguns edifícios e a verificação do seu papel na cidade, para além de abrigar programas específicos. Tratava-se de discutir a abrangência dos mesmos para requalificação de espaços e na construção de lugares com significado coletivo e orientados a renovação.

Este trabalho, em tese, constrói um lugar com significado na cidade. Este é o seu princípio e a tese contida em seu resultado.

Pensar em intervir em praças não parece ser um posicionamento generalizável em contextos urbanos como os nossos, onde a falta de espaços públicos e a competição entre interesses privados ganham dimensões que ofuscam, muitas vezes, as condições justas de cidadania.

Mas a grande motivação foi responder a um problema genérico, importante nos processos de renovação urbana: O projeto de equipamentos culturais em praças públicas, onde o desafio foi pensar na qualidade espacial resultante, no caráter democrático e urbano e, finalmente, nas possibilidades de gestão. Não se trata exatamente de um projeto para a Praça São Caetano di Thiene, mas sim de um ensaio naquele sítio de um tipo de implantação; uma estratégia que poderia ser discutida em várias praças em urbes genéricas, especialmente em áreas centrais. Uma referência no mundo contemporâneo relativa à nossa pesquisa quanto à estratégia de implantação é o projeto SCHOUWBURGPLEIN na cidade de Rotterdam, menos pela qualidade das intervenções na praça propriamente dita, – com seus pisos em chapas metálicas e madeira, além dos postes interativos agindo como que esculturas em movimento – mas pela relação do edifício do cinema com a área vazia. O resultado caracterizado pelo uso de extrema vitalidade e dinâmica ao longo do dia e da noite na praça, pareceu-nos muito relacionado ao programa que confere uso a mesma, definido pela edificação – cinema. Praças associadas a edifícios sempre foram consagradas pelo próprio uso e qualidade daqueles: no Brasil as fundações das cidades estiveram ligadas ao templo Igreja que carrega consigo as áreas de comunhão e convívio pós-celebrações religiosas. Já na primeira República as escolas passam a assumir tais posições

relevantes na configuração urbana EDIFÍCIO / PRAÇA e assumem um papel de uso importante que acaba por dar sentido à praça como lugar de relacionamentos entre pessoas, às vezes manifestações culturais e atividades cotidianas. Os edifícios institucionais também conferem usos às praças reforçando, não raro, seu caráter cívico.

Em nosso caso, a idéia foi propor um conjunto cultural que iria contribuir para qualificar amplamente aquele local, fato que se comprovou após sua implantação.

Partimos de uma intervenção em alguns edifícios existentes – Teatro Santos Dumont, Pinacoteca e Fundação PRÓ-MEMÓRIA. O Centro Digital, surgiu a partir de uma leitura da Praça São Caetano de Thiene à mesma época.

O projeto propõe uma ligação com aquele conjunto cultural formado por TEATRO SANTOS DUMONT, PINACOTECA e FUNDAÇÃO PRÓ MEMÓRIA na face diagonal oposta em relação à Praça São Caetano Di Thiene tendo a AVENIDA GOIÁS como eixo a ser transposto. Propomos uma ligação subterrânea e uma padronização na LINGUAGEM ARQUITETÔNICA, além de operações de reforma nos edifícios existentes.

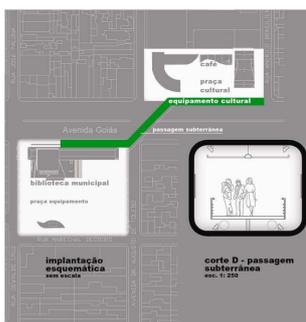


Fig. 1 – Esquema do conjunto conectando dois “lugares” na cidade.

A ligação subterrânea foi descartada desde o início por problemas de infra-estrutura sob a Avenida Goiás e, portanto, custos. No entanto a idéia de construir uma identidade conjunta entre a biblioteca e a praça cultural no lado oposto da Avenida Goiás foi mantida. Porém o projeto por nós apresentado sofreu algumas alterações imprevistas, o que nos fez excluí-lo de nossas análises.

Aspectos da Praça São Caetano Di Thiene:

Nossa percepção da Praça de Thiene, no estado em que se encontrava, resultante de terreno desocupado e depositária de entulhos oriundos da ampliação da Avenida Goiás, foi que a mesma, apesar de trazer um potencial de área verde para a cidade, estava em péssimas condições de uso.

Mal conservada pela falta de cuidados e de um olhar mais genérico frente à cidade, a praça ainda continha algum tipo de atividade que pareceu-nos significativo: a presença de um play ground atraía crianças para uso durante a semana, mas cercada como estava, parecia mais um equipamento municipal – muitas vezes edificado – do que uma praça com suas dimensões públicas preservadas. Era como um centro de lazer em péssimo estado.

Não desprezamos esta característica que já fazia parte do cotidiano local, atendendo a pessoas que praticam exercícios matinais e passeios com animais de estimação, além das babás com pequenas crianças e jovens brincando descompromissadamente.

Este caráter pareceu-nos relevante e atentamos a ele para a construção de nossa proposta.



Fig. 2.1 E 2.2 – Praça e seus usos (foto do autor). Percebe-se o mau estado de conservação e baixa utilização, além de estar à época, isolada por grades.

Prevalencia, no entanto, certo abandono durante a maior parte do dia e este era um dos maiores problemas, que acelerava a degradação da praça. Aliás, uma praça com grade e portaria. Entendemos e propomos que, para a recuperação daquela praça e transformação da mesma em um lugar com significado na cidade, fazia-se urgente a presença de um programa associado à mesma.

A percepção que tivemos é que um espaço vazio não necessariamente configura uma praça, mas, principalmente, os usos em sua volta darão significado, identidade e possibilidade para o desenvolvimento efetivo de uma vida urbana e com isto qualidade e eficiência que justifica sua existência. O uso cultural, por seu potencial de agregação de pessoas foi nossa escolha para a construção de uma estratégia de construção daquele novo lugar.

Tentamos responder a um problema genérico, importantíssimo nos processos de renovação urbana: O projeto de equipamentos culturais em áreas públicas onde, através da implantação do edifício possa-se “disparar” um processo de renovação e revitalização, ou seja, a criação de um “lugar” efetivo, com nova identidade e uso.

EDIFÍCIO PORTA:

Trata-se de um programa que prevê BIBLIOTECA convencional e eletrônica, tele centro e cursos de informática, geridos pela Prefeitura Municipal de São Caetano do Sul. Ligado ao ensino fundamental, este projeto surgiu, também, a partir de uma percepção sobre a Praça de São Caetano di Thiene e a necessidade de se propor um programa para seu efetivo funcionamento e vitalidade: um local por nós denominado “praça-equipamento” ou simplesmente “praça - parque”, por seu caráter utilitário consolidado e que, com seu paisagismo orgânico é usada na maioria das vezes para caminhadas dos moradores das proximidades.

A ocupação da testada principal da praça através de uma barra de 85 x 12,5 metros, grande parte em pilotis, serve como porta para a mesma praça que define uma área com dimensões públicas mais evidentes, ligadas ao edifício através de um café disposto no pavimento térreo. Um rebaixamento de aproximadamente 3,5m em dois níveis propõe uma pequena praça rebaixada, tratada com espelho de água que dá suporte a um volume de formas irregulares, como um “monólito flutuante”, algo paradoxal, que conclui a composição gerando diversos espaços e visuais inesperadas, configurando episódios locais.

Neste subsolo encontra-se o centro de inclusão e cursos de informática. O teto deste volume, tratado com espelho de água também, é um novo recinto exterior, uma pequena praça, ligado à topografia por uma ponte e uma rampa. Compõe um terceiro lugar para contemplação e pequenas apresentações de música ao vivo, projeções e outras atividades. Uma grande lâmina em aço e alumínio, além de proteger um terraço no edifício, estende-se e protege os eventuais usuários desta pequena praça, criando um pequeno palco coberto em potencial.

A estrutura em concreto armado moldado in loco, se desenvolve na BARRA LONGITUDINAL (BIBLIOTECA CONVENCIONAL E ELETRÔNICA) em módulos de 12,5 X 6,25 metros gerando balanços de aproximadamente 3,5 e a sensação de um volume suspenso sob um pórtico arquitetônico, visto que nas extremidades encontram-se as áreas de circulação

vertical, sanitários e shafts. Um volume distinto sob o mesmo pórtico define as áreas de tele centro e um terraço associado à biblioteca eletrônica, protegido parcialmente por aquela já mencionada cobertura em aço e alumínio.

A cobertura, técnica, abriga todo o sistema de ar condicionado e outras especialidades técnicas.

O encontro destes volumes com a topografia gera uma série de taludes e um grande arrimo que define a praça rebaixada, também em concreto armado. Elementos de ligação (passarelas) e peitoris em aço brises em alumínio e grandes áreas vítreas definem leveza, transparência e contemporaneidade ao conjunto.

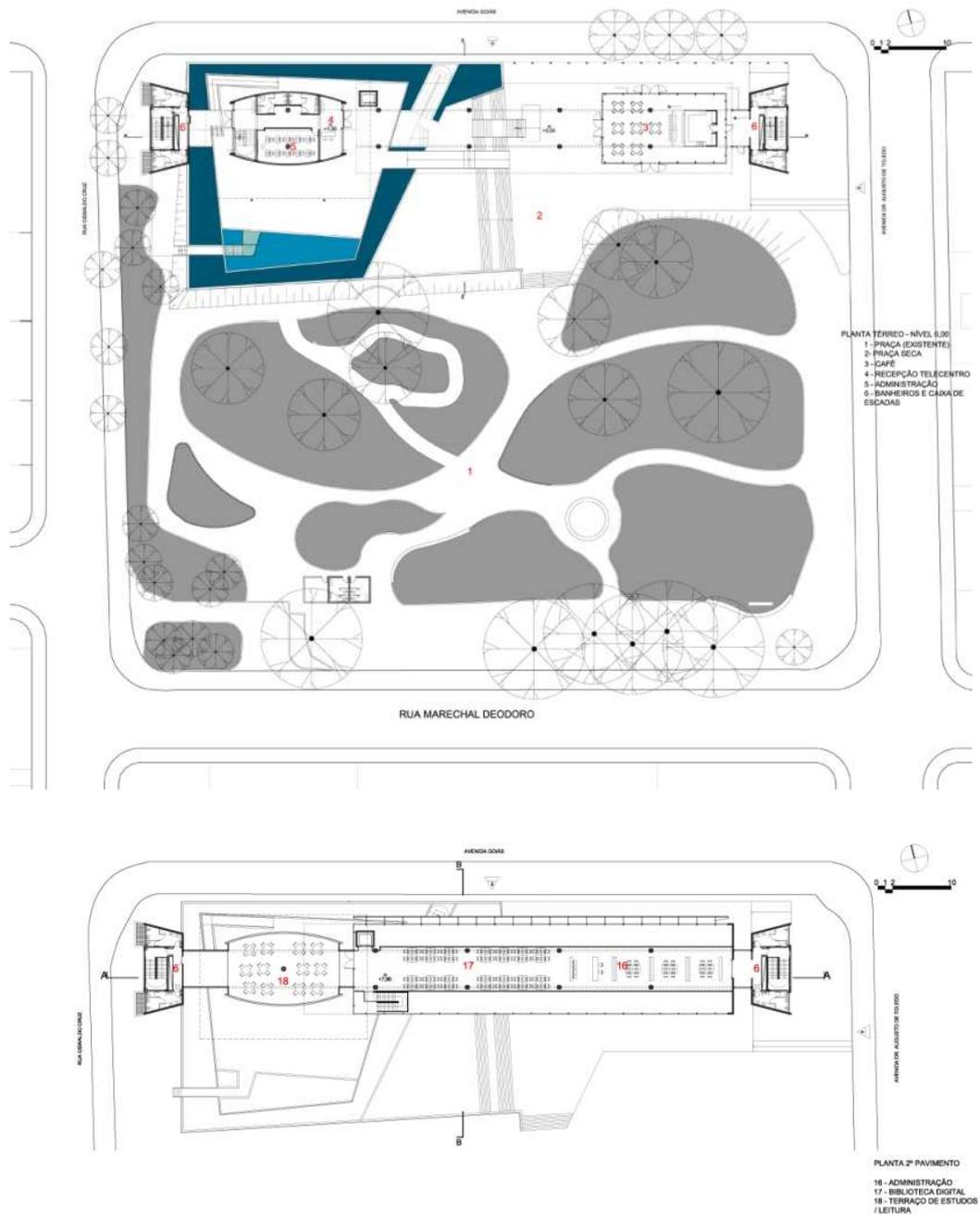


Fig. 3.1 e 3.2 Implantação e Plantas de um pavimento.

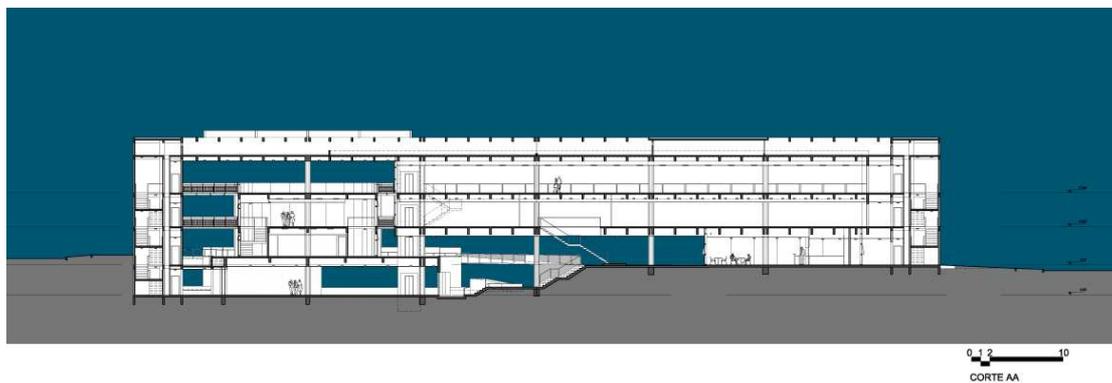
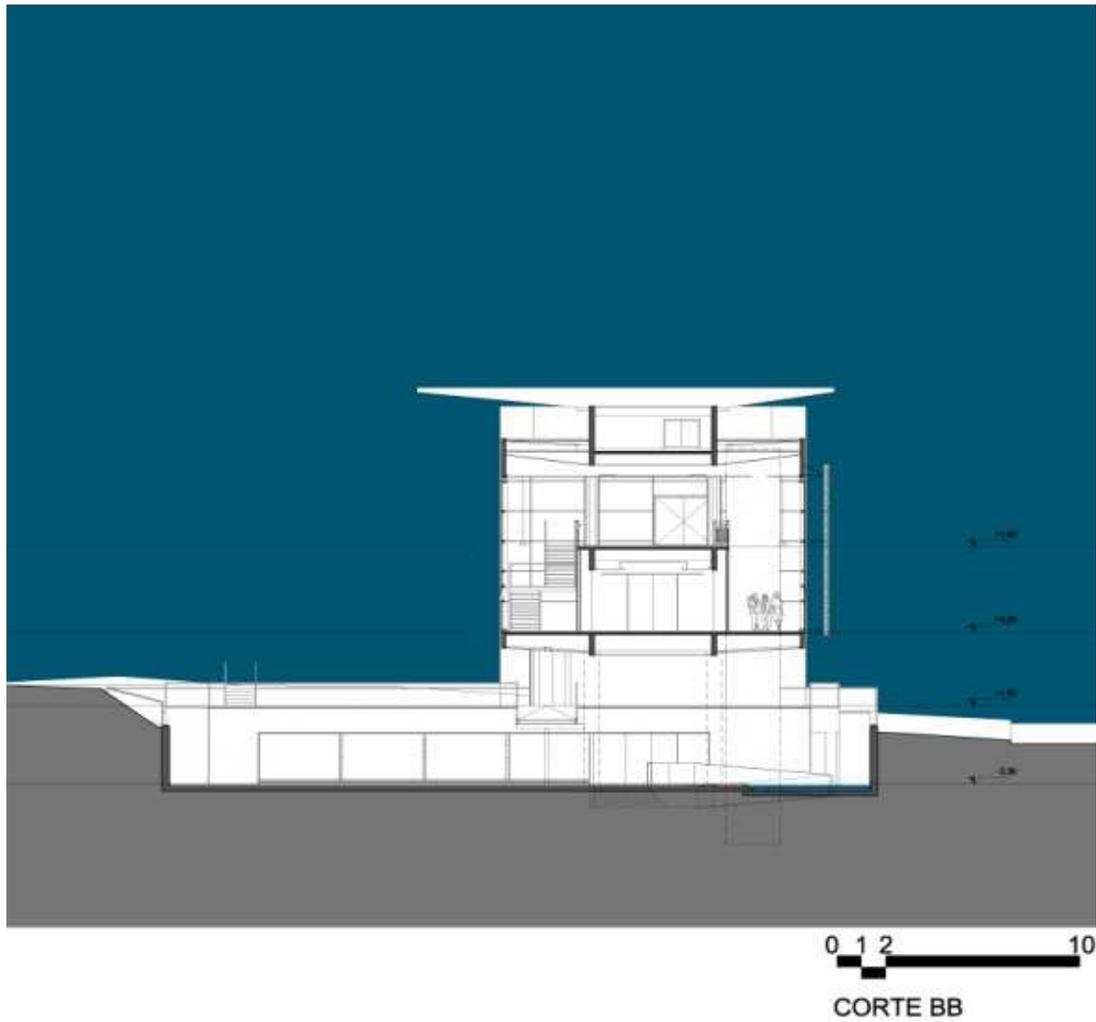


Fig.4.1-4.2 – Corte transversal mostrando a relação edifício, subsolo avenida e praça e corte longitudinal paralelo Avenida Goiás.

FORMA URBANA:

A morfologia foi uma das questões de partida para a implantação deste projeto. Diríamos que no tocante à implantação reconhecemos as seguintes referências fundamentais:

1. Aspectos exteriores;
2. Aspectos programáticos;
3. Articulação interna dos espaços.
4. Conectividade com seu contexto, através das transições entre áreas públicas e privadas.

Os aspectos exteriores são basicamente determinados pela orientação do projeto, seja a partir de uma geografia universal para uma melhor insolação, ou uma implantação para um determinado ponto cardinal por algum caráter simbólico relativo ao programa.

Mas o traçado parecia-nos muito importante neste caso. Como o projeto se dispõe em relação a este traçado, tem a ver com a idéia de forma compacta da cidade e a não dispersão de seus elementos. Neste caso – e em muitos outros relativos a paisagem urbana brasileira – entendemos que o edifício antes de “querer ser” um monumento, ou uma singularidade extrema, poderia acomodar-se ao traçado na busca de uma relação com outros edifícios no entorno. Como citado anteriormente acerca do conjunto em frente oposto à avenida Goiás optamos por uma implantação paralela ao traçado principal, de forma que a arquitetura define com clareza a testada da via, e portanto uma paisagem mais clara e organizada.



Fig. 5.1 – Fotos gerais do pavimento térreo/praçã.

Fig. 5.2 – Foto em agosto de 2008 – (fotos: Nelson Kon)

O conjunto edifício-praçã passou pelo processo de construção e em junho de 2008 foi inaugurado sob intenso apelo político da representação executiva municipal. Pudemos perceber que na inauguração uma quantidade muito grande de pessoas ali se fez presente. Aquelas aguardavam com imensa expectativa a nova praça e seu conjunto arquitetônico. As relações entre a praça parque e a praça de eventos relacionada ao edifício foram bastante testadas neste dia. Uma grande parte da população transitou facilmente por estes espaços e pudemos perceber através de uma série de fotos documentadas este transito livre e a permeabilidade tanto da praça para a avenida, quando da praça para com o edifício, este com grande significado na composição de um novo espaço público.

Concluído o processo, tudo nos leva a crer que a construção deste edifício, para além dos problemas de ajustes programáticos ao longo do processo e dos problemas por se tratar de uma obra pública, especialmente aqueles relativos à construção, cumpriu os objetivos traçados inicialmente.

Tivemos que expor este projeto em uma audiência pública, devido a manifestações de grupos de pessoas que se opunham a remoção de menos de uma dezena de árvores que foram replantadas na parte posterior da praça.

Ao superarmos esta experiência – que pareceu-nos rica do ponto de vista democrático – e convencermos claramente a população ali presente através de uma exposição que referenciava as condições acima expostas da praça e nossa proposta com a convicção dos resultados, referendamos um processo que chegou à esfera jurídica mas que foi legitimado a partir de então.

O conjunto edifício-praçã constrói um lugar significativo na cidade e a hipótese lançada inicialmente de que naquele local a presença de um programa seria de intensa validade para recuperar uma área degradada, relativamente abandonada e trazer de volta para a cidade um espaço agregador de pessoas, com a preservação da praça como sistema de lazer e ao mesmo tempo a construção de uma área associada ao edifício, plenamente integrada àquela, mas com um caráter cultural, pode ser verificada.

Somente o tempo poderá dizer até que ponto a gestão do lugar poderá contribuir para a preservação de seus aspectos conquistados da sua imagem e de seus significados.

2.2 CAMARA MUNICIPAL DE SÃO CAETANO DO SUL

O outro projeto que apresentamos é a Re-qualificação e ampliação da Câmara Municipal de São Caetano do Sul. Grande número de edifícios públicos no Brasil são expressões derivadas da arquitetura Moderna. Este é um caso em que tivemos a oportunidade de intervir¹¹, o qual sediava a Câmara Municipal de São Caetano do Sul no ano de 2005.

Projetado, originalmente, pelo arquiteto Zenon Lotufo, este edifício foi pensado para o PAÇO MUNICIPAL da cidade e expressa muito do ideário corrente à época de sua construção, cujo projeto iniciou-se em 1959 e teve a obra inaugurada em 1961¹².

O projeto original caracterizava-se por um racionalismo construtivo, com sua estrutura à mostra, brises móveis em cimento amianto como placas curvas, mas que já não funcionavam como tal. Percebia-se também um extremo rigor formal, pensado como um monólito com aberturas dos ambientes de permanência prolongada para a face norte e face sul, organizado internamente por um corredor central. Na verdade um bloco único de 56 x 18 metros aproximadamente, modulado com vãos estruturais de aproximadamente 7 metros organizados em quatro linhas, uma na fachada Norte e outra na fachada Sul e outras duas linhas internas, distanciadas aproximadamente 7,25 metros as duas linhas centrais e 5,1 metros (medidas aproximadas entre eixos das linhas dos pilares) destas até as linhas das faces norte e sul. Um núcleo rígido excêntrico em relação à longitudinal, localizado a esquerda de quem olha o edifício da Avenida Goiás, com duas escadas fora das normas atuais de segurança, um elevador monta-carga e quatro elevadores em péssimo estado de conservação, compunha o espaço para distribuição vertical da circulação quando tivemos acesso ao edifício.

Pelas informações que dispúnhamos da Prefeitura de São Caetano do Sul – aliás, poucas¹³ – tivemos alguma dificuldade de entender a história geral do conjunto, a não ser por comunicação oral de alguns antigos conhecedores da cidade, porém informações sem um grau de precisão e por isso não totalmente confiáveis. A partir da documentação fornecida pela fundação Pró-Memória de São Caetano do Sul, pudemos perceber algumas fases no projeto. A primeira pode ser percebida por foto de uma maquete que mostra um conjunto formado pelo Paço Municipal (poder executivo) e um bloco anterior, junto a Avenida Goiás, formado pela Câmara o Fórum e uma biblioteca pública.

Esta parte anterior (junto a Avenida Goiás) não foi executada e, aliás, percebe-se que o terreno hoje foi bastante diminuído devido à ampliação da largura da Avenida Goiás, o que ocorreu após a inauguração, fato atestado por outras fotos.

Se, como já dito anteriormente, a praça associada aos edifícios cumpriu – e ainda o faz – um papel de extrema importância à frente de Igrejas, especialmente na tradição européia trazida ao Brasil, expressas claramente nas fundações das cidades pelos Jesuítas e outras ordens católicas, na primeira República (1889) estas praças estiveram associadas comumente aos edifícios escolares principalmente e nos tempos modernos – pensando no período dos anos de 1920 a 1970 aproximadamente – estiveram associadas aos edifícios institucionais dos poderes constituídos democráticos ou não. Estes espaços, não raro, destinados às atividades cívicas são recorrentes no repertório dos arquitetos, especialmente os arquitetos brasileiros que por ideologia ou por incidência numérica de trabalhos desta natureza, elaboraram verdadeiros tratados sobre o modo de agir social atrelado aos edifícios públicos. Lucio Costa, ao descrever o plano para Brasília expõe: *destacam-se no conjunto os edifícios destinados aos poderes fundamentais que, sendo em número de três e autônomos, encontraram no triângulo equilátero, vinculado à arquitetura da mais remota antiguidade, a forma elementar para contê-los... em cada ângulo desta praça – Praça dos três Poderes, poderia chamar-se – localizou-se uma das casas, ficando as do Governo e do Supremo Tribunal na base e a do Congresso no Vértice, com frente igualmente para uma ampla esplanada disposta num segundo terrapleno, de forma retangular e nível mais alto, de acordo com a topografia local...ao longo desta esplanada – o Mall, dos ingleses – , extenso gramado destinado a pedestres, a paradas e a desfiles, foram dispostos os ministérios e autarquias¹⁴. Neste caso as idéias de praça e esplanada confundem-se em prol de um suporte para eventos de natureza cívica ou mesmo política. O próprio Oscar Niemeyer revela com grande êxtase o prazer que tem ao fazer projetos de natureza política, como o Memorial da América Latina. *Poucos temas me deram tanta alegria ao projetá-los como o Memorial da América latina. Primeiro, pelo sentido político que se apresentava. Reunir os povos deste continente para juntos discutirem seus problemas, trocando experiências, lutando pelos direitos desta América Latina tão explorada e ofendida¹⁵. Nestas palavras, apesar do tema da praça não surgir diretamente, surge como o espaço de suporte para o *espetáculo arquitetural* (como ele mesmo define), como elemento de ligação, ao mesmo tempo, lugar para as manifestações e para as festas cívicas ali desejadas por**

seu mentor. Outras falas além desta, expressam o apreço por este tipo de espaço, claramente – como reforçam as palavras – associados aos ideais modernos por excelência: pensar um mundo justo e coletivo, capaz, através dos sistemas políticos, tendo o estado como principal protagonista, de expressar no espaço através de arquiteturas e cidades o caráter destes (hoje nem tanto) novos ideais: grandes áreas verdes, grandes esplanadas, natureza permeando os edifícios libertos dos blocos e das amarras das ruas – corredores, estas últimas tão criticadas por Le Corbusier.

A razão, como ponto central, define o caminho dos homens e o distingue do caminho das mulas, expressão tão radical e interessante daquele arquiteto, contrapondo-se fortemente às críticas enunciadas por Camilo Sitte e Camille Martin em defesa da cidade pitoresca e das praças tradicionais européias¹⁶ e das ruas curvas.

Outro admirador desta disposição moderna parece ser o arquiteto Helio Piñon, quando destaca a relação do edifício com o lugar. *Portanto, se, numa ostentação de anacronismo, projeta-se sobre a cidade moderna os valores de continuidade ou coerência que determinam, no melhor dos casos, os valores da cidade tradicional, são postos em evidência, por um lado, o desconhecimento do fundamento formal da modernidade e, por outro lado, a incapacidade para imaginar uma cidade diferente dos arquétipos históricos mais fotogênicos. O edifício moderno tem um limite administrativo que não costuma coincidir com seus confins espaciais: na realidade, as relações que o definem só se esgotam onde a mirada já não alcança. Portanto, o edifício moderno, mais que um objeto delimitado e concluído, é um episódio urbano, por definição, seja porque o edifício é proposto como um universo peculiar que assume o entorno mediante sua posição – Le Corbusier – seja porque a própria arquitetura é concebida como um modo de habitar o mundo, sem outras barreiras que as determinam a proteção e o controle climático – Mies Van Der Rohe. A arquitetura moderna altera a ênfase do ideal classicista de coerência – entendida como harmonia –, que induz à continuidade, para o de consistência formal – que inclui a oposição e o contraste – o qual propicia a diferença. A noção convencional de forma, vinculada à idéia de arquétipo sancionado pela história, é substituída na arquitetura moderna pela de estrutura implícita que o sujeito tem que reconhecer. Não basta, pois, identificar continuidade; é necessário perceber relações por meio de juízos visuais irredutíveis à mirada comum¹⁷.*

Ora, mas toda a crítica sobre a ação moderna sobre o espaço, para nós, não merece um crédito integral. Nem por isso rejeitamos os modelos previstos pelo controle do desenho, as razões geométricas, as ordenações propostas pela arquitetura tradicional. Mas, ao que parecem, as conquistas realizadas pela arquitetura proposta no século XX, a arquitetura moderna, são de fato relevantes quando se trata da construção de edifícios melhores iluminados pelo sol, edifícios que propõe menos adensamento horizontal e portanto áreas livres para desfrute do homem, além de assumirem novas linguagens advindas de novas técnicas e de novos desejos para a sociedade. No entanto, não se pode deixar de dizer que ao se pensar cidades modernas, como Le Corbusier o fez ao apresentar uma cidade para três milhões de habitantes, as aplicações de modelos implantados nas cidades históricas e nas cidades em geral seriam responsáveis por certa dispersão. Sendo assim, é de se pensar como preservar criticamente alguns preceitos, sem, no entanto deixar de buscar resoluções para uma cidade fragmentária, com grandes espaços vazios, espaços residuais e distâncias para além do razoável quando se pensa a escala do pedestre, por exemplo. Para além destas críticas ou resistências, destacamos uma palavra que parece significativa e vai ao sentido contrário em relação àquelas de Helio Piñón. Ignasi de Solà-Morales¹⁸ quando se refere às imóveis-vilas, rédents e aos arranha-céus Corbusieanos. *A cultura moderna enfrenta a concepção do espaço público da cidade moderna com o desenho destes espaços na cidade clássica. A ruptura epistemológica entre velha e nova civilização é também formal e, por isto, a contraposição de geometrias no projeto de Le Corbusier nos parece como a impossibilidade de reunir algo que, no arquiteto suíço, era, todavia uma intenção desesperada: a unidade do mundo clássico representado pela regularidade da geometria das formas e a aleatoriedade do mundo moderno representando o repertório pitoresco.*

E prossegue o mesmo autor lembrando-se do VIII CIAM¹⁹ que aborda o problema da dispersão na cidade, através de uma mesa redonda com a participação de Walter Gropius, Le Corbusier, Josep Lluís Sert, Ernesto N. Rogers, Siegfried Giedion, J. M. Richards, e outros em torno da experiência da praça com espaço central e público.

A nostalgia da praça se converte desde este VIII CIAM em um tópico do desenho moderno urbano, como contraponto a um método de desenho, o da arquitetura do movimento moderno, que é por completo alheio a construção formalizada do espaço público. Praças, ágoras e anfiteatros ao ar livre são, desde então, a

desesperada intenção de contrastar, com uma peça autônoma, artificial e construída separadamente; a tendência inevitável à dispersão e ao isolamento fazia com que a arquitetura moderna fosse substituída²⁰, fatalmente.

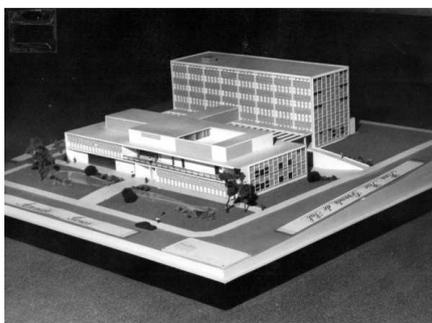
Portanto, pensamos que não há dúvidas que muitas das estratégias presentes na *maneira* moderna de projetar seus edifícios, praças e cidades, devem ser rediscutidas nos tempos atuais e sem nenhuma possibilidade de preservar preceitos por preservar ou simplesmente adotar significações extemporâneas e que por ventura não façam nenhum sentido.

Estabelecidas estas considerações, é a partir delas que retomamos o problema da praça cívica no projeto da Câmara Municipal de São Caetano do Sul: agir sobre um projeto de essência moderna, porém lido na cidade contemporânea; fazer as transformações necessárias seja pelas demandas concretas, seja pelos aspectos filosóficos que esclareçam novas percepções para o espaço concreto.

A praça, conforme se pode ver nas fotos, teve duas configurações distintas. A primeira, antes do alargamento da Avenida Goiás, um espaço de grandes proporções que apesar de ser ocupado com uma área dominante para estacionamento, não podemos afirmar se isto fazia parte da intencionalidade conceitual. Aliás, fica claro pela maquete acima apresentada que não. Mas o que as fotos revelam, é que um eixo de circulação é claro entre o vazio da praça e o edifício, enquanto que nestas condições, a praça efetivamente se mostra isolada do mesmo – separada pelos automóveis – e recebe uma escultura, uma espécie de “totem” que de certo modo a associa ao edifício pela composição que tal elemento faz com o mesmo. Esta praça dispunha-se como uma ilha com pisos meio secos meio verdes, onde o símbolo – não sabemos muito bem se representa algo e o que – assume um papel central e dada sua escala percebida também pelas imagens, teria uma vocação para ser ponta de um eixo, ou um ponto de fuga de uma grande perspectiva, o que de fato não acontece.

Seja por uma distorção ao longo do tempo, ou por uma decisão de projeto, esta praça não revela em seu desenho um caráter cívico à maneira proposta por Lúcio Costa ou Oscar Niemeyer – como também por grande parte das praças modernas – pois não ficam claros quais seriam os espaços destinados aos encontros, ou mesmo às manifestações ou reivindicações populares frente a um poder, outrora, executivo.

(7.1)



(7.2)



Fig.7.1 – Maquete mostrando a implantação do edifício executado do PAÇO MUNICIPAL (que depois deu lugar a Câmara Municipal) e outra edificação anterior em relação a Avenida Goiás(não executada) para a Câmara e Fórum. Percebe-se que as dimensões do terreno são muito maiores do que as atuais, diminuídas por conta do alargamento da Avenida Goiás. (Fundação Pró Memória de São Caetano do Sul).

Fig. 7.2 Edifício e Praça nas condições anteriores. (Fundação Pró Memória de São Caetano do Sul).

A segunda configuração, já mostra a Avenida Goiás alargada e, portanto a praça já contém as medidas atuais.

Apesar de termos feito um amplo levantamento fotográfico à época, atualmente dispomos apenas de algumas fotos que revelam precisamente as condições em que encontramos o edifício em 2005, ano do início do projeto.

Um edifício isolado, inserido num terreno de forma trapezoidal com aproximadamente 81,57m para a Avenida Goiás (base menor), 94,31m para o limite paralelo, mas oposto à Avenida Goiás (base maior) por aproximadamente 66,71m de linha transversal à Avenida Goiás (altura do trapézio), totalizando uma área aproximada de 5866,50 m².

A praça defronte ao edifício (frente para a Avenida Goiás já alargada) possui dimensões aproximadas – também em forma de trapézio – de 81,57m para a Avenida Goiás (base menor), 92,01m linha longitudinal definida pelo alinhamento do bloco principal (base maior) por uma distância transversal de 30,751m (altura do trapézio), totalizando uma área aproximada de 2669m². Entre este espaço vazio em frente ao bloco, havia uma via longitudinal para automóveis que definia uma circulação local entre as ruas transversais, visto tratar-se de um terreno com três frentes para vias públicas (Avenida Goiás ao norte, Rua Rio Grande do Sul a oeste e Rua Goitacazes a leste). Esta interrupção segregava o espaço frontal ao edifício, de tal forma que não havia nenhum significado relativo a um espaço público, mas sim um vazio, quase baldio, com uma topografia irregular, visto que a cota média da Avenida Goiás para a soleira predominante da frente do bloco é aproximadamente 55 cm mais alta. Este vazio, com inúmeros canteiros e calçadas, era suporte para estacionamentos, uso praticamente integral na “suposta” praça ou espaço vazio.

Ao mesmo tempo em que encontramos uma praça em tais condições, sem nenhum significado relevante para a cidade – a não ser um depósito de veículos –, encontramos um edifício, como dito anteriormente de essência moderna, mas ao que parece, mais uma questão de aparência do que realmente dotado dos pressupostos daquele conjunto de expressões e atitudes. A base, por exemplo, totalmente ocupada e fechada com paredes, era em torno de 6 metros mais larga do que o corpo de edifício para norte e para sul e alinhada nas laterais, tornando-o com uma aparência extremamente enraizada e pesada no seu conjunto. Contrapõe-se a um pressuposto estético predominante advindo da noção de não propriedade do chão: os pilotis e conseqüentemente o edifício “solto” do chão, com clara expressão de leveza. Nesta base, boa parte da caixilharia, originalmente feita de ferro, fora substituída por caixilhos de alumínio, que ao serem desenhados sequer tiveram o cuidado de seguirem a modulação vertical predominante entre pilares, o que, pela mudança material e pela desordem geométrica causava uma péssima impressão aos observadores mais atentos e, certamente aos desatentos também, que talvez mesmo não tendo consciência, intuitivamente percebiam a incoerência, facilmente interpretada como fragilidade ou descuido.

O pavimento térreo, com um entrada extremamente fímda, possuía um hall pequeno com pé direito duplo. Várias ocupações desconectadas no pavimento térreo reforçavam a impressão de certo caos programático. Os revestimentos daquele edifício, originalmente feitos em pastilhas, encontravam-se remendados, descolados e em péssimo estado de conservação geral.

Uma estratégia de desenho na fachada norte era o enquadramento feito por uma moldura composta por pilares e vigas de borda daquela superfície frontal que continha uma série de pilares aparentes e um conjunto de brises móveis entre pilares, estes de cimento amianto já não funcionando mais. Os caixilhos de ferro, também em péssimo estado de conservação, eram dispostos horizontalmente entre vãos, com uma altura de 1,20 metros a partir de um peitoril de 1 metro, pensadas como rasgos horizontais, portanto. Na fachada sul, a ausência de brises era coerente com a não necessidade de proteção em face da insolação. Gera, portanto maior transparência com caixilhos com vãos de tamanhos maiores do que seus pares da face norte. No entanto, talvez por degradação ao longo do tempo, ou algum processo não descoberto, seu material, o alumínio, se difere daqueles da face norte, de ferro.

Os pavimentos superiores eram dotados de divisórias com um desenho extremamente confuso, visto o alto grau de improvisação dos layouts implantados ao longo do tempo, sanitários em diversas posições atendendo às demandas individuais muitas vezes, e, além disso, observamos que o plenário – lugar onde se votam as leis referendando a dinâmica democrática – era uma sala no 5º. Andar, relativamente pequena e com acesso ao público praticamente inexistente.

Encontramos, portanto, um edifício em péssimo estado e uma praça em condições precárias. O conjunto, totalmente desprovido de significado, tanto em seus aspectos urbanos quanto em seus aspectos edilícios, mostrava-se em total condição de abandono.

Além disso, nenhuma das demandas atuais sobre novas formas de utilização estavam atendidas: um edifício sem ar condicionado, sem shafts suficientes para tubulação, com infra estrutura elétrica totalmente improvisada.

Um estado desalentador que fez com que em várias oportunidades fosse pensada a demolição do mesmo conjunto.

Fomos chamados a opinar acerca deste patrimônio público, visto que a hipótese de demolição não se fazia concreta devido a custos e outras implicações.

Ao tomarmos ciência daquelas condições elaboramos uma proposta que estabeleceu as seguintes premissas:

1. Preservar o corpo principal do edifício;
2. Atualizá-lo conforme as necessidades legais de rotas de fuga, elevadores, sanitários, shafts e etc.;
3. Atender às exigências programáticas;
4. Conferir ao mesmo significado simbólico relativo à sua condição institucional;
5. Construir um "lugar" através da re-conceituação da praça cívica, transformando-a também numa praça de eventos como feiras, mostras ao ar livre e guardando seu significado político que eventualmente poderia ser reforçado através de algumas estratégias;
6. Trabalhar a linguagem do edifício não no sentido meramente formal e compositivo, mas no sentido de trazê-lo para uma condição contemporânea que reflete nossa visão: o edifício tem um significado na cidade e não dispõe de condições externas axiais, nem tampouco um caráter monumental em seu desenho que justifique pensá-lo como um objeto isolado.

(8.1)



(8.2)



Fig. 8.1 Planta do pavimento térreo conforme nossa proposta. Fig.8.2 Imagem eletrônica da intervenção.

Neste trabalho importa menos a demonstração dos primeiros três pressupostos lançados, visto que o edifício foi preservado e as exigências programáticas foram atendidas integralmente, além de ser totalmente atualizado em sua infra estrutura, materiais e rotas de fuga, com a inserção de novas escadas de incêndio, ar condicionado, novo lay out, nova configuração de instalações, shafts e etc.

O que interessa, no entanto, é a construção de um espaço a mais para a cidade, através de um térreo de ingresso com um hall respeitável, a construção de um salão de eventos no primeiro pavimento, a acessibilidade a todos estes pavimentos para toda e qualquer pessoa em qualquer que seja seu estado físico (desenho universal).

Para a construção daquele novo lugar propomos o seguinte:

Construímos um estacionamento subterrâneo, visto que o número de vagas deveria ser de aproximadamente cento e vinte. Mesmo assim, parte do térreo foi destinada a vagas complementares, visto que a execução de um segundo subsolo seria inviável face a altura aflorante do lençol freático. A rua que dividia o terreno em duas partes foi reduzida a um acesso pela rua Rio Grande do Sul, necessário para distribuir para a parte oeste do edifício no térreo – local destinado a vagas complementares – e ao subsolo.

Com esta estratégia conseguimos fazer um acesso direto da nova praça para o saguão de entrada do edifício e remover em absoluto o estacionamento do térreo.

O caráter simbólico do edifício também deveria ser contemplado e nossa estratégia foi trazer o plenário – a parte mais expressiva do caráter democrático da camara de vereadores – para a vista da cidade, através de um volume com desenho sofisticado, com faces ortorrômbicas como um objeto que pousa sobre a praça de forma decidida, apesar de ter parte do seu volume elevado do chão e tratado em sua volta com espelhos d'água.

Praticamente fechado em sua totalidade dispõe de apenas dois acessos: o primeiro para os veradores que vem através de um conjunto vertical de escada e elevador tratado com muita transparência, e o acesso do público,

fronteiro à avenida de maior movimento – Avenida Goiás – separado da praça por uma elevação de aproximadamente 1,60 metros, que é vencida por uma rampa totalmente adaptada à norma NBR – 9050²¹ que aflui diretamente no centro geométrico da praça.

Este baricentro, é um espaço organizador, visto que para tal chegam além do acesso da rampa, o principal acesso de pedestres pela Avenida Goiás e através dele chega-se ao saguão principal do edifício.

A praça que para nós era extremamente grandiosa face às demandas contemporâneas percebidas no local, passou a ter uma proporção adequada e agora, além de transparecer sua função democrática, poderá ser utilizada também como praça de eventos de tal sorte que irá adquirir uma multiplicidade de possibilidades de usos, estendendo este conceito para dentro do próprio plenário, que poderia ser usado para projeções e até pequenos eventos musicais, por exemplo.

Para acesso ao primeiro pavimento, um salão nobre para diversos eventos, desde exposições, até celebrações oficiais, as rampas laterais foram substituídas por um conjunto de duas escadas e elevadores para deficientes nas extremidades leste e oeste do conjunto, garantindo também acessibilidade irrestrita àquela área.



Fig. 09 – Foto do projeto inaugurado em agosto de 2009. (foto do autor)

Um jardim rebaixado estabelece o paisagismo natural e mantém o equilíbrio com praça de eventos que também é praça cívica por sua natureza, além de garantir uma ventilação adequada para o estacionamento subterrâneo. Finalmente outro aspecto diz respeito à linguagem e cabe associá-lo no campo da interface do edifício com a cidade.

Se outrora o edifício era um objeto isolado, por assim dizer, agora ele passa a ter enquanto materialidade, um relacionamento mais adequado e mais contemporâneo com seu contexto. Sendo assim substituímos a fachada que enquadrava os antigos brises, por um – podemos assim chamar – plano de proporção.

O volume passa a ser decomposto em planos, portanto, pois isto se repete com a ampliação da marquise na base do edifício para cobertura de uma grande varanda associada ao salão nobre.

Assim, este plano de proporção, tem a *função* de diluir os limites daquele objeto rígido, de forma que um grande plano de brises de alumínio mais delicados são emoldurados por uma faixa de vidro que se estende para além dos limites do edifício nas faces leste e oeste, bem como para cima e para baixo. Rompidos estes limites entendemos que o edifício busca um melhor relacionamento com o contexto, busca uma melhor adaptação, além é claro de conferir uma proporção mais agradável ao objeto. O edifício mistura-se, de certa forma, ao cenário da cidade, mas ao mesmo tempo destaca-se pela qualidade plástica inédita naquele local.

As faces laterais, originalmente tratadas por um plano quase com uma composição formada por quadriláteros em alto relevo, antes definidas por planos coloridos, azuis e amarelos, foram mantidas em seu conceito plástico, mas tratadas sem destacar as linhas com uma cor distinta, mas sugerindo a preservação da memória através daquele painel. Foram, portanto, revestidas com massa de única cor – marrom – destacando-os do branco predominante, como um plano diferenciado, sem, no entanto, reportar-se a simbologias como “cores da cidade” como outrora sugeriam.

A obra encontra-se em estágio avançado e tudo leva a crer que o objetivo de construção de um lugar terá êxito.

CONCLUSÃO

Talvez a maior contribuição para o ensino de projeto trazido por estes dois casos, seja o fato de que os mesmos não fazem concessões para eventuais raciocínios que prejudiquem a intencionalidade de fazer cidade através da arquitetura, nestes casos, revelando a ciência do comprometimento destas frente aos seus papéis no desenho da cidade. Além disso, os projetos foram pensados dentro de um referencial teórico de pesquisa, reafirmando o caráter investigativo relacionado com a [possível] prática do projeto.

O primeiro projeto – centro digital, telecentro e biblioteca – foi pensado inicialmente a partir da nossa experiência e contato com o lugar, tendo sido inventado e proposto a fim de recuperar uma determinada área conforme apresentamos. Foi construído e hoje –conforme relatos e nossa própria observação– mudou a praça, anteriormente um espaço sem identidade consistente, transformando-a num lugar no sentido essencial do termo locus – *aquela relação singular mais universal que existe entre certa situação local e as construções que se encontram naquela lugar*, segundo a noção proposta por Aldo Rossi – com maior presença das pessoas que o acolheram e vêm utilizando-o como parte integrante da vida urbana. Claro que problemas de gestão ocorrem, como a ainda não inauguração do café sob os pilotis, o que nos parece absolutamente necessário para a plenitude das intenções.

O segundo projeto apresentado – Câmara Municipal de Vereadores – aponta também para o significado construído através da articulação programática materializada por volumes, planos e estratégias de desenho que acabam por gerar prioritariamente um espaço novo na figuração onde se implantou. Inaugurado em agosto de 2009, mudou a fisionomia da cidade e aponta para um novo lugar – praça cívica e praça de eventos – que a cidade e suas pessoas obtiveram, também prefigurando uma nova singularidade na relação entre o edifício e a cidade que se desenvolve ao longo da história.

Os tipos de espaços propostos nestes casos reafirmam a crença que a sucessão de lugares significativos constitui-se estratégia para qualificação de nossas cidades.

Mas como disse Koolhaas²² (2002), [arquitetura como profissão] *torna-se especialmente perigosa quando se é conhecido pelo nome de Escritório para Arquitetura Metropolitana – um nome muito pretencioso, comparado ao qual, nenhuma realização pode ser considerada suficiente*. Assim, também, adotar uma postura na qual todo projeto deverá contribuir para a construção de uma cidade mais qualificada, democrática e bela, nunca será suficiente, em parte, pelas limitações da própria arquitetura e sua abrangência e, por outro lado, por que a cidade, como um organismo dinâmico, acaba sempre apresentando novas demandas e, portanto, novas possibilidades que, não raro, deixam para trás hipóteses outrora tidas como verdadeiras. Também pelo desejo de se fazer mais no sentido de por em prática investigações que nascem dos ensaios desenvolvidos em nossos “laboratórios” na universidade, amplamente prospectivos, mas que mediante a realidade das dificuldades de concretização da arquitetura no mundo, acaba gerando algum sentido de “periculosidade”.

REFERÊNCIAS

- Arantes, Otília. O lugar da arquitetura depois dos modernos. São Paulo, Edusp, 1995.
- Costa, Lúcio. Relatório do Plano Piloto.
- Koolhaas, Rem. Conversa com estudantes. Barcelona, Editorial Gustavo Gili, 2002.
- Le Corbusier, Urbanismo. São Paulo, Martins Fontes, 2000.
- Montaner, Josep Maria. A Modernidade Superada. Barcelona, Editorial Gustavo Gili, 2001.
- Nesbitt, Kate (org.). Uma nova agenda para a Arquitetura. São Paulo, Cosac Naify, 2006.
- Niemeyer, Oscar in Catálogo de inauguração do Memorial da América Latina. São Paulo, Empresa das Artes, 1990.
- Piñón, Helio. Teoria do Projeto. Tradução Edson Mahfuz. Porto Alegre, Livraria do Arquiteto, 2006.
- Rossi, Aldo. A arquitetura da cidade. São Paulo, Martins Fontes, 1995 (publicada originalmente em 1966).
- Sitte, Camillo. A construção das cidades segundo seus princípios artísticos. São Paulo. Editora Ática, 1992.
- Solà-Morales, Ignasi de. Inscripciones. Barcelona, Editorial Gustavo Gili, 2003. P. 194-196.
- VIII CIAM (Congresso Internacional de Arquitetura Moderna), denominado "O coração da cidade", realizado no ano de 1958.

¹ Rossi, Aldo. A arquitetura da cidade. São Paulo, Martins Fontes, 1995 (publicada originalmente em 1966). P.147.

² Idem, p.148.

³ Apud Arantes, Otília. O lugar da arquitetura depois dos modernos. São Paulo, Edusp, 1995.p.136

⁴ Nesbitt, Kate (org.). Uma nova agenda para a Arquitetura. São Paulo, Cosac Naify, 2006. P.444-445.

⁵ Montaner, Josep Maria. A Modernidade Superada. Barcelona, Editorial Gustavo Gili, 2001. P.31-32.

⁶ Neste caso Montaner cita Christian Norberg-Schulz que, em vários de seus textos, desenvolveu a dualidade dos conceitos de espaço e lugar.

⁷ Idem. P-49. Sobre este tema, lembramos do filme canadense de 1995-"Denise está chamando", onde de forma paródica um grupo de jovens, diante da nova realidade que estava apresentando-se naquela época - internet, celulares, reengenharias no mundo do trabalho e novas mídias - construía diversas histórias relacionais, das mais variadas naturezas - profissionais, amizades, relacionamentos amorosos - sem nunca ter se visto.

⁸ Ibidem. P-49

⁹ Nesbitt, Kate (org.). Uma nova agenda para a Arquitetura. São Paulo, Cosac Naify, 2006. P.448.

¹⁰ Autor do Projeto de reforma e ampliação: Arquiteto José Augusto Aly - equipe: Angelika Babuke, Fernanda Amaro, Camila Moreno, Fernando Rodrigues. Área aproximada: 3500m². Ano de projeto: 2006/2007. Inauguração: 2008.

¹¹ Autor do Projeto de reforma e ampliação: Arquiteto José Augusto Aly - equipe: Erika Dadário, Natália Leardini, Gláucia Okama, Cecília Salvagnani. Ano de projeto: 2006/2007. Inauguração: 2009.

¹² Jornal Raízes, julho de 2000. Fonte: fundação Pró-Memória de São Caetano do Sul.

¹³ Não encontramos nenhuma publicação acerca deste projeto, a não ser o jornal Raízes já citado e disponibilizado para nós em 2008, quando as obras já estavam em estado avançado. As poucas plantas também fornecidas não continham o carimbo do arquiteto, mas eram plantas feitas posteriormente a partir de levantamentos in loco.

¹⁴ Lúcio Costa. Relatório do Plano Piloto

¹⁵ Niemeyer, Oscar in Catálogo de inauguração do Memorial da América Latina. São Paulo, Empresa das Artes, 1990. P.12.

¹⁶ Neste caso ver: Le Corbusier, Urbanismo. São Paulo, Martins Fontes, 2000. E Sitte, Camillo. A construção das cidades segundo seus princípios artísticos. São Paulo. Editora Ática, 1992.

¹⁷ Piñón, Helio. Teoria do Projeto. Tradução Edson Mahfuz. Porto Alegre, Livraria do Arquiteto, 2006.

¹⁸ Solà-Morales, Ignasi de. Inscripciones. Barcelona, Editorial Gustavo Gili, 2003. P. 194-196.

¹⁹ VIII CIAM (Congresso Internacional de Arquitetura Moderna), denominado "O coração da cidade", realizado no ano de 1958.

²⁰ O texto usa a expressão: "hacia El que La arquitectura moderna tiende fatalmente." Para o qual não encontramos tradução precisa.

²¹ Norma NBR - 9050. Norma Brasileira da ABNT (associação brasileira de normas técnicas) que dispõe sobre acessibilidade e desenho universal.

²² Koolhaas, Rem. Conversa com estudantes. Barcelona, Editorial Gustavo Gili, 2002. P. 10.